

Secretário de Estado quer justiça mais clara para os cidadãos

Conde Rodrigues, secretário de Estado adjunto da Justiça, apelou ontem em Coimbra à participação de todos para que a actual reforma seja um sucesso

Bruno Vicente (com Lusa)

■ O secretário de Estado adjunto da Justiça, Conde Rodrigues, defendeu ontem que a Justiça «tem funcionado», apesar de «nem sempre ser clara para a opinião pública».

«A Justiça é a última palavra sobre a vida dos cidadãos, mas os cidadãos têm dificuldade em compreender o funcionamento do sistema», considerou. «Cerca de 80 por cento das pessoas jamais contacta o tribunal e têm uma dificuldade acrescida em situar a Justiça», aprofundou.

Para inverter esta realidade, o responsável apelou aos operadores judiciários e cidadãos para que participem na reforma da Justiça, aconselhando um olhar atento à nova lei, até porque está em causa «a maior reforma que se fez nos últimos anos».

Na cerimónia de encerramento da conferência internacional "Estado, sociedade e justiça no século XXI - democracia, qualidade e eficiência dos tribunais judiciais", que teve lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Conde Rodrigues destacou que um dos aspectos mais importantes da reforma tem a ver precisamente com «a forma como os tribunais se vão apresentar aos cidadãos», de modo a alcançar «uma maior eficiência e eficácia na administração da justiça».

O secretário de Estado Adjunto da Justiça destacou ainda o

“Tribunais devem saber relacionar-se” com os jornais

■ A conferência internacional "Estado, sociedade e justiça no Século XXI - democracia, qualidade e eficiência dos tribunais judiciais" reuniu na Faculdade de Economia investigadores e altos representantes da Justiça em Portugal, que analisaram o actual estado da Justiça portuguesa.

Para além da relação entre a justiça e os cidadãos, os oradores não esqueceram «a importância» da ligação aos órgãos de comunicação social. «Os tribunais devem

saber relacionar-se com a comunicação social», defendeu Nuno Coelho, responsável da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. A opinião foi apoiada por outros oradores, como por exemplo o investi-

gador francês Jacques Commaille, da Ecole Normale Supérieure de Cachan.

Já Alvaro Laborinho Lúcio, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, defendeu que os órgãos de comunicação social têm contribuído para facilitar o entendimento da Justiça por parte dos cidadãos. «Eu acho que a relação cidadão-Justiça tem ganho com a intervenção dos media», explicou.

O antigo ministro da Justiça defendeu, na sua intervenção, que os próximos dois anos serão decisivos para o sucesso ou o fracasso da reforma.

«Importa evitar que, da grande oportunidade de mudança que teve o mérito de criar, venha a converter-se em mais uma oportunidade perdida, tendo em conta os constrangimentos de vária ordem que já a condicionaram na sua formulação e que não deixarão de a molestar durante o tempo da sua execução», concluiu.

novo papel do Ministério Público, agora «reposicionado a nível interno, enquanto instituição».

O responsável explicou que outro aspecto novo da reforma tem a ver com a avaliação externa a que os tribunais vão estar sujeitos, nomeadamente com a participação dos vários operadores da Justiça e dos próprios cidadãos,

A conferência internacional "Estado, sociedade e justiça no século XXI - democracia, qualidade e eficiência dos tribunais judiciais" foi organizada em conjunto pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Associação Sindical do Juizes Portugueses e Centro de Estudos Judiciários. |



ESPECIALISTAS debateram a governação do sistema judicial português